



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150805 - CE (2021/0232450-3)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : GERISLANDE BRAZ GADELHA ARRUDA  
**ADVOGADO** : GIORDANO FIALHO FONTES - PB019416  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**CORRÉU** : GIRLAN BRAZ GADELHA  
**CORRÉU** : FABIANO LOPES MOURA  
**CORRÉU** : CICERO BESERRA ROBERTO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GERISLANDE BRAZ GADELHA ARRUDA contra decisão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO (*Habeas Corpus* n. 0804384-59.2021.4.05.0000).

O recorrente foi condenado às penas de 22 anos e 1 mês de reclusão, no regime inicial fechado, e de 40 dias-multa, no valor de um salário mínimo vigente à época do fato, além da perda do cargo público ocupado perante a Polícia Civil do Estado da Paraíba, em razão da prática do crime previsto no art. 157, § 3º, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal - latrocínio tentado.

Consta dos autos que o recorrente participou de assalto a agência dos Correios no Município de Umari/CE, em 4/12/2006.

Alega, em primeira análise, a nulidade do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ao argumento de que não foi intimado pessoalmente do referido ato processual. Afirmar a ilicitude da intimação por edital, porquanto não teriam sido esgotados todos os meios para localizá-lo. Aduz que, à época, encontrava-se desassistido de defesa técnica, haja vista o abandono da causa por seu advogado constituído, e que não foi intimado para constituir nova representação processual.

Defende, também, a nulidade do édito condenatório, uma vez que não foram apresentadas alegações finais por seu defensor constituído na ocasião, tendo o Juízo de primeiro grau nomeado defesa *ad hoc* em seu favor, sem prévia consulta. Nesse caso, entende ter havido o cerceamento de defesa.

Assevera que não foi intimado para o interrogatório, tendo-lhe sido negado, então, o direito de autodefesa e que não teve defesa técnica efetiva ao longo da instrução criminal.

Aduz, por fim, que as provas encartadas nos autos da ação penal não são suficientes para demonstrar a justa causa necessária para a condenação criminal.

Requer, liminarmente, o sobrestamento da execução penal e a suspensão ou anulação do trânsito em julgado da sentença penal condenatória e do ato de demissão do cargo público que ocupava praticado pelo Governo do Estado da Paraíba. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que sejam declaradas as nulidades suscitadas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por

ocasião do julgamento definitivo.

A propósito, no tocante à ausência de intimação pessoal da sentença penal condenatória, extrai-se o seguinte do acórdão impetrado (e-STJ fl. 215-216):

*O paciente, quando do proferimento da sentença penal condenatória, **não estava preso**. Logo, a intimação pessoal não era obrigatória. Partindo desse pressuposto, de pronto se afasta a tese de nulidade do trânsito em julgado.*

*[...]*

*O juízo, quando da sentença, levando em conta que o paciente não fora encontrado nos endereços por si mesmo declinados, determinou a intimação por edital, conforme os comandos da lei.*

*Mas não só: determinou, por extrema cautela, a expedição também de ofício à Secretaria de Segurança de Defesa Social, isto levando em conta que o paciente era funcionário público daquele órgão. Dessas constatações, chega-se à outra: **o juízo adotou as todas providências possíveis e legais para que o paciente tivesse ciência da sentença e, na cadência, apresentasse apelo, não sendo possível, pois, anular os atos que foram acobertados de legalidade e legitimidade.***

*Ademais, como é sabido, **cumprir à defesa e ao representado manter o juízo informado sobre eventual mudança de endereço.***

*Assim sendo, **não se pode aventar nulidade de ato se, ao desconhecimento do paradeiro, foi o próprio paciente que deu causa.** Admitir tal tese seria admitir que alguém se valesse da própria torpeza.*

*Quanto ao mais, o fato é que **o réu não ficou momento algum sem indefeso**. Como a própria defesa admitiu, o juízo nomeou defensor ad hoc para não ferir o contraditório e a ampla defesa.*

*Par e passo, **o fato de eventualmente o paciente ter sido representado por outro causídico - que não algum eventualmente nomeado - não garantiria outro desfecho, ainda mais diante da eloquência das provas colacionadas e reproduzidas na sentença.***

*Em suma, não há nulidade absoluta a ser declarada, **quicá do processo, da sentença e do posterior trânsito em julgado.** (Original sem destaques)*

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência